

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES CAPITAL X TRABALHO DO SISTEMA CAPITALISTA

Maisa Oliveira Melo Ferraz

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Ennia Débora Passos Braga Pires

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Soane Santos Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Marília do Amparo Alves Gomes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente artigo objetiva discutir a relação entre Estado, capital e trabalho para a compreensão das políticas educacionais brasileiras. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica onde foram consultados Mészáros (2002), Santos (2016 e 2017), Lombardi (2011), dentre outros teóricos que discutem os conceitos de Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, assim como as relações existentes entre capital, trabalho e educação. Vale destacar que este estudo utiliza o enfoque teórico do materialismo histórico dialético. As mudanças ocorridas no Brasil, desde a década de 1970, provocaram transformações que mudaram a forma de gerir as políticas públicas e o relacionamento do Estado para com a sociedade civil. A realidade educacional brasileira ratifica a desigualdade educacional presente na história da educação brasileira desde o período colonial e, nos processos de reforma do Estado o que se percebe é uma fragmentação da educação a fim de atender aos princípios capitalistas. O sistema capitalista destaca o antagonismo da divisão de classes em que a educação está pautada para os benefícios da classe dominante, ou melhor, para atender aos interesses do mercado. Diante posto, faz-se necessário a atuação da sociedade civil de uma forma integrada, ou seja, não movimentos sociais isolados, mas movimentos que defendam uma sociedade emancipada das diretrizes do capital, que pressione o Sistema visando sua transformação, em prol não somente da emancipação social, mas também, e de forma muito especial, da emancipação humana.

Palavras-chave: Capitalismo. Educação. Política Educacional.

Introdução

Este trabalho é originário de uma das avaliações da disciplina “Educação, Movimentos Sociais, Trabalho e Formação”, do Mestrado de Educação da turma 2019, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O estudo foi realizado a fim de atender tanto ao requisito avaliativo da disciplina quanto à compreensão do objeto de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo analisar a política de ações afirmativas implantada na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) na perspectiva de discentes, docentes e gestores. Com

esses propósitos este estudo tem como objetivo discutir a relação Estado, capital e trabalho para a compreensão das políticas educacionais brasileiras.

Ao estudar sobre as concepções de Estado para Hegel e para Marx, percebe-se a contradição de entendimentos existentes entre eles. Na concepção de Hegel, o Estado é o maior de todos, existe para si em virtude de uma necessidade natural, considera-o de forma divina. O Estado não tem, pois, necessidade para se fundar, do consentimento dos indivíduos, nem de nenhum contrato, como defendido por Hobbes. Ao contrário, em lugar do Estado existir para e pelos indivíduos, são os indivíduos que existem para e pelo Estado. Hegel parte da ideia de uma interdependência de cada um dos indivíduos em relação a todos. A partir da mediação do particular ao universal, com o resultado de que ao ganhar e produzir para o próprio gozo, cada homem está produzindo para o deleite de todos os demais. No que diz respeito ao capital, segundo Mészáros (2002), Hegel tinha uma postura totalmente acrítica em relação ao capital como controle metabólico da sociedade.

Já para Marx (1993), o Estado estaria para defender os interesses da classe dominante, desempenhando uma função de caráter repressivo capaz de manter o *status quo*. Segundo Marx (1993), a base material é formada por forças produtivas (que são as ferramentas, as máquinas, as técnicas, tudo aquilo que permite a produção) e por relações de produção (relações entre os que são proprietários dos meios de produção – as terras, as matérias primas, as máquinas – e aqueles que possuem apenas a força de trabalho). Neste sentido, o Estado foi se formando nesta estrutura de relação do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe.

Na obra “Para Além do Capital”, Istvan Mészáros, estudioso marxista, faz uma diferenciação com relação a capital e ao capitalismo, como sendo fenômenos separados. O capital antecede ao capitalismo, sendo este uma das formas possíveis da realização do capital, uma das suas variantes históricas. Para Mészáros (2002), o sistema de sociometabolismo do capital é mais poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado. Essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas,

O Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. Neste sentido, somente poderão superar o capital, desafiando radicalmente a divisão estrutural e hierárquica do trabalho e sua dependência ao capital em todas as suas determinações. (MÉSZÁROS, 2002, p.19)

Dessa forma, segundo Mészáros (2002), é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema. Vale salientar que as concepções fatalísticas que dizem “não haver alternativa” à superação do capitalista, são condenadas por Mészáros (2002, p. 75). Além disso, ele defende que a superação só ocorrerá de forma planejada. Neste caso, a educação faz parte desse contexto de conscientização dos trabalhadores a respeito da exploração capitalista.

Por conseguinte, no contexto de uma sociedade de classes, a educação realiza um papel fundamental para a transmissão de valores, atitudes, comportamentos e de conhecimentos. Considerando seu papel na sociedade de classes, cabem alguns questionamentos à educação: de que forma a educação tem sido construída ao longo dos anos? A fim de atender quais interesses? As políticas educacionais são implementadas no intuito de beneficiar a quem e a atingir a quais objetivos?

Para tentar responder a tais perguntas, desenvolveremos uma contextualização da educação brasileira dos últimos anos, bem como as relações existentes entre capital e trabalho, no quadro teórico na seção “Contexto do trabalho e da educação diante o capital”.

Metodologia

Este trabalho utilizou o enfoque teórico marxista por contribuir para desvelar a realidade, pois busca apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Além disso, este enfoque tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade. Assim sendo, o balizador deste trabalho se fundará através da utilização do método materialista histórico dialético.

O enfoque materialista histórico-dialético possibilita o enriquecimento das reflexões sobre as políticas públicas educacionais, uma vez que o fenômeno investigado não é focalizado isoladamente, mas na conexão com os outros fenômenos que o cercam – questões legais, políticas, socioideológicas e sociais. Segundo Frigotto (1991), o que fundamentalmente importa para o materialismo histórico-dialético é a produção de um conhecimento crítico que altere e transforme a realidade anterior, tanto no plano do conhecimento como no plano histórico social, de modo que a reflexão teórica sobre a realidade se dê em função de uma ação para transformar.

A pesquisa bibliográfica possibilitou o alcance de informações e a construção de um quadro teórico e conceitual que envolveu o objeto estudado, permitindo uma aproximação com

as temáticas estudadas na perspectiva dos teóricos e estudiosos pesquisados, ou seja, a discussão da relação Estado, capital e trabalho como fundamento para a compreensão das políticas educacionais brasileiras. Dentre os teóricos consultados, destacamos Mészáros (2002), Santos (2016 e 2017), Lombardi (2011), dentre outros que discutem os conceitos de Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, assim como as relações existentes entre capital, trabalho e educação.

Contexto do trabalho e da educação diante o capital

Segundo Santos (2017, p. 115), o sistema capitalista representa o antagonismo da divisão social de classes, uma vez que, enquanto alguns detêm os meios de produção, outros não os possuem, podendo daí se presumir uma escala hierárquica entre os que mandam e os que obedecem.

Diante disso, no sistema capitalista tudo é válido para se mantê-lo, precisa existir a desigualdade social, logo, a conquista de muitos direitos não é interessante. Mészáros (2002, p. 185) destaca “que o capital se afirma seu domínio absoluto sobre todos os seres humanos, mesmo na forma mais desumana, quando estes deixam de se adaptar a seus interesses e a seu impulso para a acumulação”. O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. (p.188)

O autor também fez crítica à arrogância de Hayek, um dos críticos do Estado do bem-estar-social e, dentre alguns dos pensamentos, considerava a desigualdade ser um fator positivo, como pode ser observado em uma das suas falas “sem os ricos – os que acumularam o capital – os pobres que existissem seriam ainda mais pobres”. E assim, no que diz respeito às pessoas “que vivem nas periferias... por mais doloroso que seja este processo, também elas, ou melhor, especialmente elas se beneficiam da divisão do trabalho formada pelas práticas das classes empresariais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 197).

Segundo Anderson (1995), as raízes da crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. Complementa ainda que Hayek, um dos idealizadores do neoliberalismo, enfatizava que era necessário manter o Estado forte em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, porém comedido em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.

As mudanças ocorridas no Brasil, desde a década de 1970, provocaram transformações que mudaram a forma de gerir as políticas públicas e o relacionamento do Estado para com a sociedade civil. Várias mudanças no âmbito macroeconômico aconteceram no país devido à crise do modelo de desenvolvimento do pós-guerra denominado de Bem-estar-social.

Para sair da crise, o governo brasileiro buscou atender as determinações do Consenso de Washington, que correspondeu a uma reunião realizada em 1989 no International Institute of Economy, em Washington. O objetivo da reunião foi discutir as reformas necessárias para a América Latina. A expressão consagrada a partir daí refere-se ao conjunto de recomendações oriundas da reunião: um programa rigoroso de equilíbrio fiscal a ser conseguido por meio de reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias tendo como vetor um corte profundo nos gastos públicos; uma rígida política monetária visando à estabilização, ou seja, uma disciplina orçamentária, com contenção dos gastos com bem-estar; a desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas; e por fim, uma abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro.

No intuito de alcançar as diretrizes neoliberais, a partir da crise do Estado de Bem-estar-social, o Brasil, em atendimento às diretrizes do Consenso de Washington, reconfigurou a sua forma gestão, conforme destacado por Santos *et al* (2017), pois tinha um modelo pautado na racionalidade técnica weberiana, e, a partir da década de 1980, foi estabelecido um novo pacto federativo fundamentado na colaboração entre os entes federados, um modelo gerencial.

Para se alcançar um Estado forte e eficiente, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) – período de 1995 a 2002 – optou por um modelo de desenvolvimento baseado na redução do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, ou seja, um Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital. A ideia de privatização de estatais não ficou apenas na esfera econômica. Na mesma lógica, o governo formulou uma proposta de reforma administrativa. O então ministro da Fazenda do governo FHC, Luis Carlos Bresser Pereira, destacou que na proposta da reforma do Estado existiriam quatro setores dentro do Estado,

(1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas do Estado, (3) os serviços não exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. (...) Na União, os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 286).

A educação, segundo Bresser-Pereira (1996), corresponde a um serviço não exclusivo ou competitivo, por consequência, não possui a relevância que deveria ser dada. Apesar de o

estado prover, o mesmo não exerce seu poder extroverso, como ocorre com as atividades exclusivas. Assim, a educação pode também ser oferecida pelo setor privado e pelo setor público não estatal.

Tal modelo, nos mesmos moldes da iniciativa privada, passou a ser pautado na regulação estatal, com metas estabelecidas para alcançar maior produtividade e eficiência, correspondendo ao modelo de Nova Gestão Pública (NGP). Trata-se de um modelo gerencial regulador que busca aproximar as formas de produção do setor público com o setor privado.

De acordo Sguissardi (2015), a mundialização do capital, na esteira da crise do Estado do Bem-Estar Social, e o ajuste neoliberal, chegam ao Brasil a partir do final dos anos de 1980 e início dos 1990, que conduz a transformações no aparelho do Estado, que, de interventor na economia em favor do capital nacional e internacional, desde a década de 1930, passa, na década de 1990, à condição de Estado Gestor, transferindo de forma total ou parcial para o mercado, a responsabilidade que anteriormente era sua, entre elas destaca-se a educação.

Neste sentido, no âmbito educacional, o foco deste modelo estava na gestão, buscando por meio da descentralização administrativa, financeira e pedagógica promover o acesso à educação básica. Como salientado por Santos *et al* (2017, p. 132), tais diretrizes chegaram acompanhadas de um discurso ideológico naturalizado, o qual “se acreditou que é necessário modernizar para melhorar a qualidade da Educação Básica”.

Ao seguir os preceitos neoliberais, a política estatal seguiu fielmente as diretrizes dos organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de uma gestão educacional focada em resultados, índices de desempenho, taxa de retorno, o custo-eficiência, o curso-qualidade, em atendimento assim, às demandas do sistema capitalista.

Segundo Santos (2017), o sistema capitalista propõe uma educação fragmentada, na qual a intenção é formar um indivíduo que esteja apto para assumir competências para o mercado. Assim, ao adotar o modelo de política pública que atende mais aos interesses do mercado do que dos cidadãos, não haverá desenvolvimento integral para a humanização das pessoas, e sim para a alienação, como frisado por Marx (1996) citado por Lombardi (2011), ao abordar sobre a alienação produzida pela exploração da força de trabalho em que o capital se apropria a fim de gerar mais-valia, ou seja, trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia.

Portanto, o capital só se apropria da força de trabalho que possa gerar mais-valia, procurando que toda força de trabalho esteja em condições de gerá-la. De acordo Lombardi (2011, p.14), esse "estar em condições de" é obtido através da qualificação com um ensino adequado, pois

O sistema de ensino é entendido, assim, como uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos no sistema, única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim, aproveitá-la. Dito de outra forma: reproduz o sistema dominante, tanto a nível ideológico quanto técnico e produtivo.

Diante dessa citação, percebe-se que em um sistema de divisão de classes, a educação está inserida de acordo aos interesses da classe dominante. Neste complexo de determinados interesses, os filhos da classe dominante preparam-se para serem futuros dirigentes da sociedade enquanto os filhos dos trabalhadores, que tiveram acesso ao conhecimento básico necessário à produção, se habilitam profissionalmente para a execução de tarefas laborativas. A educação, como complexo que serve para a reprodução social, na sociedade de classes sob a égide do capital, torna-se um *locus* privilegiado para a reprodução das relações sociais alienadas.

Nesta sociedade, esse complexo social fundado pelo trabalho é responsável por ajustar os indivíduos ao que é posto no âmbito da produção. O trabalhador expropriado dos meios de produção concebe como natural a relação de exploração de uma classe sobre outra. Lombardi (2011) aponta que, desde o princípio, o ensino podia converter-se em um dos meios fundamentais de dominação ideológica e,

portanto, em um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder. O estado de classe estava intimamente ligado ao ensino de classe. Ainda que não sem tensões, o aparato escolar se convertia em um apêndice da classe dominante (LOMBARDI, 2011, p.18).

Neste sentido, a educação sempre foi muito importante, pois se trata de um instrumento útil e sutil de reprodução e dominação social e cultural que têm sido utilizada pelo sistema capitalista para produzir trabalhadores com competências adequadas ao desenvolvimento técnico do capitalismo, conjugando trabalho fabril com ensino elementar.

No sistema capitalista, a relação entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é uma relação completamente subversiva, reduzindo o ser humano ao status desumanizado de uma mera “condição material de produção” (MÉSZÁROS, 2002, p. 611). O autor ainda salienta que o “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos sujeitos produtivos é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista.

Segundo Mészáros (2002), a contradição entre trabalho produtivo e não produtivo é inerente ao antagonismo fundamental entre os interesses do capital e os do trabalho e, como tal, insuperável. E completa destacando que “a riqueza é tempo disponível e nada mais ... Se todo o trabalho de um país fosse suficiente apenas para angariar o sustento de toda a população, não haveria trabalho excedente, conseqüentemente nada que pudesse ser acumulado como capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 619).

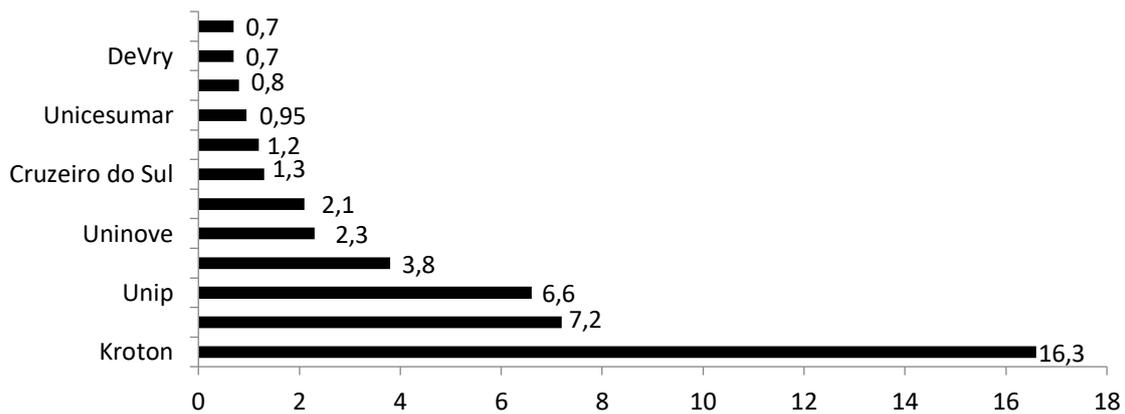
Neste sentido, é importante destacar às contradições existentes do capital, ou seja, o capital só pode funcionar por meio de contradições, o capital só tem os seres humanos como necessários para manter sua autorreprodução, caso contrário, os seres humanos seriam totalmente supérfluos para o capital,

ele tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua “cultura jovem” e a arruína; gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para sacrificá-las aos interesses de sua infernal maquinaria de guerra (MÉSZÁROS, 2002, p. 801).

Mészáros (2002, p. 622) ainda afirma, ao tratar sobre a estrutura de comando do capital, que “os interesses em assegurar a expansão contínua da mais-valia com base na máxima exploração praticável da totalidade do trabalho”. Para o autor, o capital não pode ter outro objetivo que não seja sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente.

Diante do processo sociometabólico do capital, no contexto neoliberal, a desregulamentação do ensino superior brasileiro, políticas públicas educacionais se constituíram para a sua expansão tanto no âmbito privado quanto público. Como destaca Mészáros (2005, p. 16), não há nada que “exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação”. Pode-se dizer que a Educação se tornou um bem mercadesejável. Em especial, a partir de 2007, em que a educação foi inserida no mercado de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), através da Oferta Inicial ou *Initial Public Offering (IPO)* dando um passo decisivo em relação tanto à mercantilização da educação superior quanto à oligopolização do setor. Na figura 1, a seguir são apresentados os números do Ensino Superior no Brasil, onde se vê que dentre os maiores conglomerados educacionais destaca-se a Kroton, representando 16,3% na participação em número de matrículas.

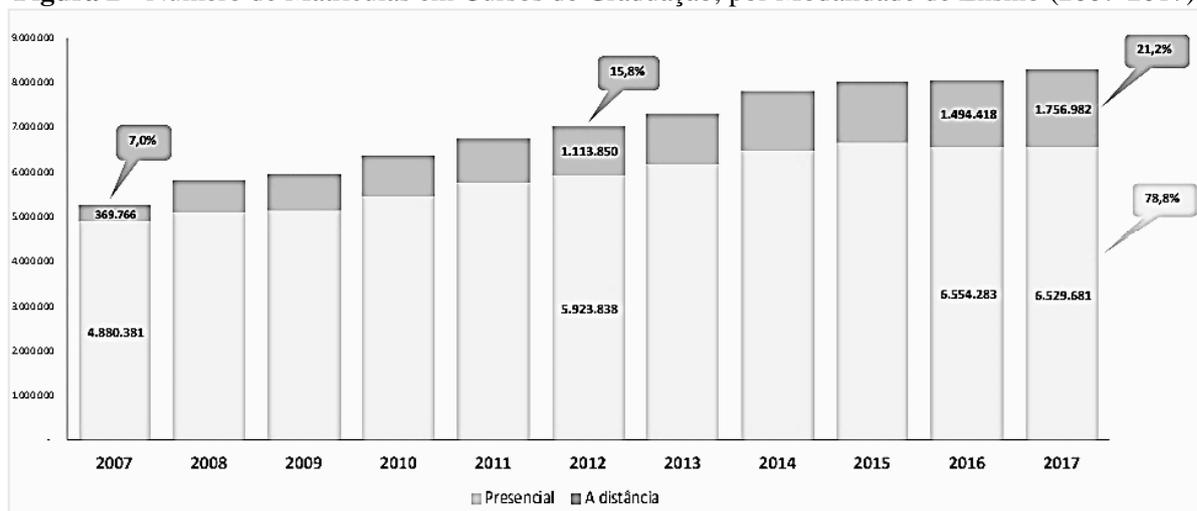
Figura 1 – Participação em número de matrículas dos Conglomerados Educacionais em 2019.



Fonte: Consultoria Hoper Educação, 2019. (Adaptado)

Além disso, a educação se tornou um negócio muito lucrativo e comerciável e isto pode ser comprovado no expressivo aumento no número de cursos à distância. Segundo dados do Inep (2018), o número de ingressos em cursos de graduação na modalidade Ensino a Distância (EaD) tem crescido substancialmente nos últimos anos. Quando se compara os dados de 2007 a 2017, observa-se que, em 10 anos, a educação a distância aumentou sua participação na educação superior. Em 2007, a modalidade a distância representava 7,0% das matrículas de graduação, passando para 21,2%, em 2017, como pode ser observado na figura 2.

Figura 2 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino (2007-2017)

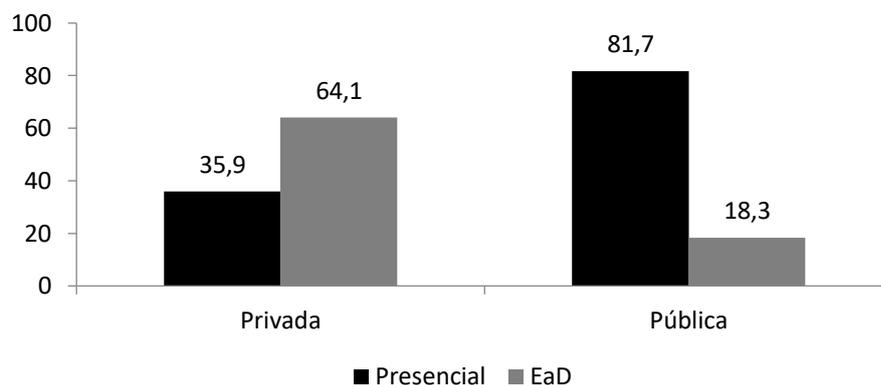


Fonte: MEC/INEP, 2018.

Portanto, tais dados levam a reflexão acerca da precarização da Educação, como alguns autores têm alertado sobre essa questão que tem outros desdobramentos, como precarização do trabalho docente e baixo investimento nas universidades presenciais públicas, como frisado por Lapa e Preto (2010).

Isso evidencia o atendimento aos interesses do capital, com ênfase na formação rápida e sem profundidade, para formação de mão de obra, conforme explicitado ao longo deste texto. Neste sentido, relembra-se o questionamento de Sguissardi (2015), se estaríamos falando de democratização ou massificação mercantil. É notório que longe de se constituir como um processo de democratização, esse cenário de avanço da educação à distância, demonstra a expansão das vagas nessa modalidade, em detrimento do investimento na educação pública, presencial e de qualidade. Esse aumento é ainda mais expressivo se comparado com a rede privada, como mostra a figura 3, a seguir.

Figura 3 – Percentual de alunos matriculados em cursos de graduação (licenciatura) no ensino presencial e na educação a distância (EaD) na rede privada e pública em 2017



Fonte: MEC/INEP, 2018.

Como pode ser observado, na rede privada de ensino, o percentual de matriculados do ensino a distância é maior do que o presencial, representando, 64,1% e 35,9%, respectivamente. Enquanto nas instituições públicas o ensino presencial é predominante, correspondendo a 81,7% enquanto o ensino a distância corresponde a 18,3%.

Ainda diante os dados, pode-se inferir que os mesmos comprovam o argumento quanto às instituições privadas estarem focadas no processo educacional como um produto lucrativo, seguindo a lógica do capital, sem se preocupar com a qualidade ou com a formação humanizada e livre da alienação.

Considerações finais

Ao refletir sobre as relações entre educação, trabalho e capital, entende-se que nestas relações há o grande princípio da integração social na sociedade capitalista, uma integração que assenta na desigualdade entre o capital e o trabalho, uma desigualdade classista baseada na exploração.

Diante disso, retomando as questões elencadas inicialmente: de que forma a educação tem sido construída ao longo dos anos? A fim de atender a quais interesses? As políticas educacionais são implementadas no intuito de beneficiar quem e atingir a quais objetivos? Podemos destacar que em cada período histórico, o capital utiliza de estratégias diferentes para continuar dominando, e a classe, bem como a consciência de classe deve ser entendida como parte da dinâmica opositora do capital para se perpetuar.

Destacamos que não se pode entender a educação, ou qualquer outro aspecto e dimensão da vida social sem inseri-la no contexto em que surge e se desenvolve, notadamente nos movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe.

Quando o trabalho coletivo é inserido no campo educacional, o mesmo deve ser pensado de forma que tenha diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento e busque a formação do homem como sujeito histórico para a emancipação, de modo que propicie a todos os homens o acesso aos conhecimentos, bem como a uma educação crítica, voltada ao entendimento de toda a sociedade, em uma perspectiva política de transformação social.

Neste sentido, faz-se necessário a atuação da sociedade civil de uma forma integrada, ou seja, não movimentos sociais isolados, mas movimentos que defendam uma sociedade liberta das diretrizes do capital, que pressione o sistema em prol de mudanças substanciais, conseguindo não só a emancipação social, mas também, e de forma muito especial, a emancipação humana. Faz necessário superar a fragmentação do conhecimento por meio da superação entre trabalho manual e intelectual, que ao parafrasear Santos (2016) deverá ter como base o trabalho autônomo e livre da alienação capitalista.

Assim sendo, somente a partir de uma sociedade emancipada, na qual o trabalho, matriz geradora da existência humana, estaria liberto das algemas do capital, todo o sistema educacional seria modificado sem interesses de classes. Somente ao romper à lógica do capital, que políticas públicas educacionais estarão fundadas para atender realmente à sociedade, pois diante a lógica do capital, políticas estarão sendo implementadas não para atender aos que precisam, mas para atender à ordem do capitalismo, de orientações de organismos internacionais.

Por fim, vale ainda complementar que a partir do momento em que a educação se torna objeto de interesse de indivíduos que priorizam o lucro em detrimento da qualidade do ensino, essa se distancia dos princípios democráticos e gradativamente vai perdendo a sua origem, ou seja, da função primordial de ser transformadora, emancipadora de ideias e de conhecimento, capaz de modificar os homens e a sociedade em que vivem.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir & GENTILI, Paulo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2017 – divulgação dos principais resultados**. Brasília, Set., 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil** - para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: Fazenda, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.
- LAPA, Andrea; PRETTO, Nelson De Luca. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Em aberto**, v. 23, n. 84, 2010.
- LOMBARDI, José Claudinei. **Textos sobre Educação e Ensino / Karl Marx e Friederich Engels**. Campinas, SP: Navegando, 2011.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.
- SANTOS, Arlete Ramos dos. **Aliança (neo)desenvolvimentista e decadência ideológica no campo: os movimentos sociais e a reforma agrária do consenso**. Curitiba: Editora CRV, 2016.
- _____. A Racionalidade Coletiva como Paradigma Organizativo do MST. **Educação & Formação**. Fortaleza, v. 2, n. 5, p. 111-130, Mai./Ago. 2017 (a).
- _____. Educação do Campo e Agronegócio: território de disputas. **Educação em Revista**. Marília, v. 18, n. 2, p. 71-90, Jul./Dez. 2017(b).

SANTOS, Arlete Ramos dos. CARDOSO, Elisângela Andrade Moreira. OLIVEIRA, Niltânia Brito. Os impactos do PAR nos municípios de Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna (2013-2017). **Revista Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v. 13, n. 26, p. 110-139, Set./Dez. 2017 ©.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, Dez. 2015.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Maisa Oliveira Melo Ferraz

Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Servidora Analista Universitária da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional (LUDIPPE). E-mail: maisamf@uesb.edu.br.

Ennia Débora Passos Braga Pires

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Líder do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional (LUDIPPE).

Email: enniadebora@uesb.edu.br

Soane Santos Silva

Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Docente da Rede Municipal de Ensino do Município de Itapetinga – Bahia; Membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional (LUDIPPE).

E-mail: soanesilva@hotmail.com

Marília do Amparo Alves Gomes

Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Membro do Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional (LUDIPPE). Membro do Observatório de Mulheres Negras (UESB)

E-mail: 2020j0018@uesb.edu.br